

CULTURA

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Despacho n.º 10324/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 31 de maio de 2016, autorizei a consolidação da mobilidade na carreira/categoria de assistente técnica de Felicidade Rosa de Moura Ferreira, no mapa de pessoal da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, afeta ao Arquivo Distrital do Porto, mantendo a mesma posição remuneratória e nível remuneratório detido no serviço de origem, designadamente entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória e o 5.º e 7.º nível remuneratório da tabela única, nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de junho de 2016.

26 de julho de 2016. — O Diretor-Geral, *Silvestre de Almeida Lacerda*.

209792831

Direção-Geral do Património Cultural

Aviso (extrato) n.º 10128/2016

Conclusão do Período Experimental

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e considerando ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela mesma Lei, torna-se público que, as trabalhadoras abaixo identificadas concluíram com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com esta Direção-Geral, para o desempenho de funções na carreira e categoria de assistente técnico, tendo-lhes sido atribuídas e homologadas por despacho de 12 de julho de 2016, do Exmo. Sr. Subdiretor-Geral do Património Cultural, Dr. Filipe Campos Silva, as seguintes classificações finais:

Idalina Almeida da Silva, com a classificação final de 17,40 valores;
Júlia Antunes do Rosário, com a classificação final de 18,20 valores;
Maria de Fátima Marques da Silva Carvalho, com a classificação final de 17,40 valores.

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 48.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

26 de julho de 2016. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

209791665

Aviso (extrato) n.º 10129/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 12442/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 27 de outubro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, entre esta Direção-Geral e a trabalhadora Carla Maria de Oliveira Salvaterra Gonçalves, para o exercício de funções na carreira e categoria de assistente técnico, área funcional de tesouraria, para a Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Património do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, ficando posicionada entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória daquela carreira e categoria, com correspondência entre os níveis 5 e 7 da tabela remuneratória única, com efeitos a 1 de agosto de 2016.

3 de agosto de 2016. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

209791795

Aviso (extrato) n.º 10130/2016

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que o assistente técnico Tiago Manuel Venerando dos Santos, encontrando-se em período experimental do

vínculo, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com a Direção-Geral do Património Cultural, ao abrigo do disposto no artigo 47.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pelo diploma supracitado, com efeitos a 1 de agosto de 2016.

3 de agosto de 2016. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

209791738

Aviso (extrato) n.º 10131/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que de acordo com o despacho da Senhora Diretora-Geral do Património Cultural, datado de 3 de maio de 2016, proferido ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e ulteriores alterações, a comissão de serviço do dirigente intermédio de 1.º grau do Palácio Nacional da Ajuda, José Alberto Julinha Ribeiro, foi dada por finda com efeitos a data prevista para o seu termo, 16 de maio de 2016.

5 de agosto de 2016. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

209792134

CULTURA E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Biblioteca Nacional de Portugal

Anúncio n.º 180/2016

1 — Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, faço público que por meu despacho de 29 de julho de 2016 foi determinada a abertura do procedimento de classificação da obra “*Carta das costas occidentales da Europa e Africa; e costa do Brasil*”, ou “*Carta do Atlântico*” da autoria de Manuel dos Santos Raposo, elaborada em Lisboa, em 1726, Grau de latitude, 0 m,007, manuscrito colorido, em pergaminho, irregular, colado em tela, com duas réguas, medindo 0,90 m x 0,69 m.

2 — A referida obra está em vias de classificação de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, ficando a constar do inventário, nos termos do n.º 6, do artigo 19.º do mesmo diploma.

3 — Os bens móveis em vias de classificação ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente os artigos 32.º, 36.º, 57.º e 64.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

29 de julho de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.

209792434

Despacho (extrato) n.º 10325/2016

Por meu despacho de 25 de maio de 2016, e após anuência, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, foi autorizada a mobilidade na categoria, nos termos do artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de Ana Cristina Alves Tomás da Fonseca, assistente operacional, do mapa de pessoal civil do Exército, a exercer funções no Colégio Militar, pelo período de 18 meses, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016, com a remuneração correspondente ao montante pecuniário de € 687,77.

29 de julho de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.

209792507

Despacho n.º 10326/2016

Por meu despacho de 25 de maio de 2016, e após anuência, do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, foi autorizada a mobilidade na categoria, nos termos do artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de André Pereira Marques, assistente técnico, do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo período de 18 meses, com efeitos a partir de 1 de julho de 2016, ficando posicionado entre a 4.ª e 5.ª posição remuneratória, e nível remuneratório entre 9 e 10, a que corresponde o montante pecuniário de € 907,42.

29 de julho de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.

209792556